



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na solenidade de apresentação
dos estagiários da Escola Superior de
Guerra (ESG)*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRÁSILIA, DF, 7 DE AGOSTO DE 2002

Meu caro Vice-Presidente Marco Maciel; Senhor Ministro da Defesa, Doutor Geraldo Quintão; General Alberto Mendes Cardoso, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Vice-Almirante Adilson Vieira de Sá, Comandante da nossa Escola; Senhores Estagiários; Senhoras Estagiárias, Senhoras e Senhores,

Como já disse, há poucos instantes, o Ministro Geraldo Quintão, a Escola Superior de Guerra – e os senhores sabem tão bem quanto eu – é uma instituição que se distingue pela sua elevada preocupação em compreender os desafios e as perspectivas do Brasil.

Sabemos que essa foi, realmente, a motivação originária dessa Escola, em 1949. Nomes ilustres, alguns dos quais pude conhecer pessoalmente, como o Marechal Cordeiro de Farias, estavam convencidos de que a segurança do Brasil não era função apenas da capacidade militar nossa, mas do grau de desenvolvimento econômico e social do nosso país.

A experiência de alguns daqueles oficiais, entre os quais o já citado Marechal Cordeiro de Farias, na Força Expedicionária Brasileira, confirmou, para eles, a necessidade de uma articulação maior entre as

Forças Armadas, o Estado e o conjunto da sociedade, notadamente no aparato industrial. E isso era a prática nos países que, então, lutavam, como no caso dos Estados Unidos.

Esse foi o entendimento que inspirou a criação da ESG. Nos últimos anos, com o processo de redemocratização, a Escola retomou essa vocação originária, que era buscar formas de integração crescente entre o Estado e a sociedade e trazer, para o primeiro plano, a discussão sobre as questões de interesse nacional.

Por isso, todas as vezes que tenho tido o gosto de poder me dirigir aos estagiários e às estagiárias dessa Escola, o que fiz, regularmente, nestes anos todos – esta, portanto, é a oitava vez que tenho esse prazer –, procurei recordar alguns dos fatos mais marcantes no nosso desenvolvimento econômico e social e quanto possível, também, situar a nossa política no cenário internacional.

Acho que é conveniente ressaltar, neste momento, que, do ponto de vista da conjuntura política, apesar da conjuntura ser eleitoral, tivemos uma tal evolução dos nossos costumes políticos que as incertezas que havia, mesmo no começo dos anos 90, deram lugar a uma experiência de governabilidade, talvez sem precedência.

Nós vivemos, nestes anos todos, um período de tranquilidade institucional. Não há um fato a registrar, de crise institucional, que pudesse ser, realmente, algo digno de uma menção. Não existiu. Não houve choques entre as instituições militares e civis e nas civis entre si: o Executivo com o Legislativo, o Executivo com o Judiciário. Não. Estes anos têm transcorrido dentro do que se pode chamar de normalidade institucional.

E essa normalidade permitiu que houvesse uma colaboração muito efetiva entre o Executivo e o Congresso, a tal ponto que aprovamos, de 95 para cá, 31 emendas à Constituição.

O nosso Vice-Presidente, que foi, como eu, constituinte e tem larga experiência parlamentar, muito maior que a minha própria, sabe que isso não é uma coisa fácil, aprovar emendas constitucionais, porque o nosso regime, para mudança da Constituição, requer, como os senhores e as senhoras sabem, uma convergência de opiniões imensa, porque

temos não apenas que obter 3/5 de cada casa duas vezes, como, pelo regimento, sobretudo da Câmara, é preciso repetir essa votação infinitas vezes, porque, dada, talvez, até uma liberalidade excessiva do regimento, é possível pedir uma nova votação de cada item já aprovado.

De modo que aprovar 31 emendas constitucionais requer uma articulação forte entre o Executivo e o Legislativo e, eu diria, da Sociedade também, através da mídia, para que haja uma formação de opinião que permita algum consenso.

Eu acho que termos sido capazes de mudar tantas vezes a Constituição é algo que mostra o efeito de um período de longa estabilidade institucional, de um clima político que, com toda a liberdade, com toda a oposição, usando todos os métodos disponíveis, às vezes até insistindo nos seus métodos de provocar delonga nos processos decisórios, ainda assim foi possível avançar bastante.

Creio também que, na verdade, em outros níveis se podem verificar os efeitos disso. No que diz respeito, por exemplo, ao equilíbrio entre a União, os estados e os municípios, o equilíbrio da Federação é extremamente difícil, em função das demandas sobre o orçamento, que são imensas, como é natural num país em fase ainda de crescimento e sem recursos suficientes. Não obstante, pudemos aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma lei que disciplinou, de maneira bastante severa, o gasto público. Foi possível renegociar a dívida dos estados, o que levou anos sendo feito. Mas, hoje, os estados entraram numa disciplina fiscal e têm um processo rotineiro de pagamento de suas dívidas com a União.

Claro que tudo isso provocou, em certo momento, articulações, protestos, reclamações, propostas de não-pagamento. Mas, pouco a pouco, houve uma volta à compreensão de que a lei deve ser obedecida e que, uma vez o contrato firmado, esse contrato tem que ser honrado. E, hoje, o que se verificou, numa avaliação feita pelo BNDES, foi muito importante, porque vimos que houve um comprometimento efetivo dos municípios e dos estados com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Muito poucos não estão seguindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e alguns estão, hoje, temerosos das consequências de não haver seguido, porque

existem penalidades. Claro que isso também ajuda, efetivamente, para que haja uma maior responsabilidade no gasto público, de tal maneira que estamos em plena campanha eleitoral e, se forem olhar, os estados e municípios continuam produzindo os superávits necessários para a diminuição da dívida, porque existem regulamentos legais que assim obrigam.

De modo que esse esforço conjunto foi muito importante. Foi muito importante também porque passamos estes anos todos reconstruindo o aparelho estatal brasileiro e reconstruindo hábitos de uso da máquina pública, dos recursos públicos, o que não é fácil fazer. E como fazer isso em circunstâncias nem sempre favoráveis, muitas delas adversas? Basta dizer que, nestes anos em que estou no Governo, enfrentamos creio que umas cinco crises financeiras. Em 94, 95, a crise do México – só em 96 não houve crise, e em 2000 –; em 97, a crise da Ásia; em 98, a da Rússia; em 99, a nossa; no meio disso tudo, algumas da Argentina; em seguida, a crise dos Estados Unidos; e, de novo, crise na Argentina, crise no Brasil. Quer dizer que, praticamente, apenas nos anos de 96 e 2000 é que não tivemos fenômenos financeiros perturbadores.

Apesar disso, foi possível reconstruir todo esse aparato de controle institucional, para que pudéssemos ter certa disciplina no gasto público e, o que é tão importante quanto isso, levar adiante um processo grande de descentralização administrativa, o que tem também seus problemas, porque, naturalmente, nem todas as unidades federativas, os entes federativos – e me refiro mais especificamente aos municípios – têm a capacidade ainda de absorver os recursos disponíveis, ou melhor, de absorvê-los bem. Então, existem ainda problemas que só vão ser resolvidos no decorrer do tempo, quando a própria sociedade participar mais ativamente do controle do gasto público e da decisão de investimento, etc. Mas o processo é irreversível. Hoje, praticamente, a União coleta impostos e, depois, passa esses mesmos impostos para os estados e, principalmente, para os municípios, através dos programas de saúde, do SUS, dos programas educacionais, do Fundef e de outros mais. Enfim, dos programas sociais em geral, crescentemente, a União determina as políticas, recolhe os recursos, mas transfere a execução para os

estados e para os municípios, o que dá, naturalmente, uma responsabilidade crescente aos estados e aos municípios – mais aos municípios, na verdade – na implementação das políticas. Na verdade, isso leva geralmente a uma espécie de democratização da utilização desses recursos públicos, mas, politicamente, com muitos problemas, porque ninguém nem percebe qual é a ação da União. Percebe-se qual é a ação de quem usa o recurso e não se percebe qual é a ação da União. Mas isso não tem importância. O que tem importância mesmo são os efeitos sobre a sociedade e sobre o Brasil.

Nós, na verdade, fizemos isso em um momento que não é fácil, pelas razões já mencionadas, das dificuldades financeiras, mas também porque, infelizmente, não conseguimos quebrar certa rigidez que há no orçamento da União.

Vejam a tabela que aí está. Não sei se dá para ver essa tabela, porque são muito pequenininhos os números. Mas aí é interessante verificar o seguinte: temos, aí, a evolução do gasto público, a receita dos anos 2000, 2001, 2002, a programação para 2003 e vamos ver que, dessa despesa total que aí se realizou, houve um gasto muito grande com pessoal e Previdência, grosso modo. Da despesa de 276 bilhões de reais, 150 bilhões vão para pessoal e para a Previdência. Depois, temos transferência de 150 bilhões, grosso modo. Vocês podem ver aí, na tabela. Houve um certo aumento percentual desse gasto – mais da Previdência do que de pessoal –, mas o gasto é bastante expressivo nesses dois itens.

Depois, temos transferências constitucionais, que chegam a cerca de 50 bilhões; outras despesas obrigatórias, 40 e poucos bilhões. E, aí, notadamente, vê-se, na saúde, que tem verba vinculada e, depois, outras obrigatórias.

Na prática, os chamados gastos discricionários são de cerca de 20 e poucos bilhões. Gasto discricionário quer dizer aquele sobre o qual a União pode decidir. Quer dizer que, do orçamento de 276, da despesa de 276 bilhões, de fato, a União pode atuar sobre 28 bilhões, ou era sobre isso no ano 2000. No ano 2002, é sobre 22 bilhões. E podem ver aí que esse foi o gasto que foi reduzido, porque, cada vez que se fala em contingenciar, isso recai sobre uma pequena parcela do orçamento,

porque o resto não pode ser contingenciado, porque são despesas obrigatórias de pessoal, de Previdência, de transferências constitucionais, de pagamento de juros e não podem ser contingenciados.

Então, isso limita muito a ação do Governo Federal, porque temos uma estrutura orçamentária rígida que faz com que todo o esforço da União se reduza a um pequeno número de recursos, que são fundamentais para investimento, por exemplo. O pessoal das Forças Armadas está lá em cima, mas o investimento estaria aqui em baixo. O investimento em infra-estrutura está neste nível menor. Transportes, tudo que diz respeito àquilo que conta para acrescentar ao sistema produtivo fica reduzido a 10% do gasto geral. O resto é gasto obrigatório. Então, a ginástica que se tem que fazer para operar um orçamento com essa rigidez é muito grande.

Recordo-me de que, quando era Ministro da Fazenda e estava propondo o que veio a se chamar de Plano Real, fui muitas vezes ao Congresso, para mostrar aos parlamentares o seguinte: “Olhem, ou se desvinculam algumas verbas, ou o Governo não tem como fazer nada. Naquela ocasião, criamos o Fundo Social de Emergência – pusemos esse nome –, que, na verdade, era a liberação de uma porcentagem das verbas obrigatórias, para que a União tivesse margem de manobra. Mas, isso, com o tempo, se vê que não resolveu. Pelo contrário, houve mais vinculações. E o objetivo, hoje, de cada setor da sociedade é de vincular mais as verbas. Se vincular esses 28 bilhões também, então, aí, a União fica com um papel simbólico de recolher os recursos e passar para terceiros, sem ter nenhum impacto possível no seu desenvolvimento.

Pois bem, foi trabalhando nessas circunstâncias, ou seja, de pressões de mercado, no caso das crises financeiras, e de rigidez no orçamento, por causa das vinculações e pelo fato de que não conseguimos avançar na reforma da Previdência – podem ver o valor da Previdência, está ali, é de 97 bilhões, no ano de 2003, e de 93 bilhões, no ano de 2002. Aí devem estar a Previdência pública e a privada juntas. Mas, se separarmos só a Previdência pública, o déficit é de uns 20, 25 bilhões de reais, mais ou menos. Vê-se que é uma limitação muito grande. Não houve uma reforma capaz de fazer uma curva que permitisse dizer: “No futu-

ro, isso vai estar resolvido.” Não vai estar resolvido. No futuro, vamos continuar contando com um fator de rigidez enorme. E mesmo os esforços grandes dessas reformas que mencionei, no Congresso, muitas vezes não foram compensados nos seus resultados, porque as emendas foram de tal natureza no Congresso, ou as decisões na Justiça foram de tal natureza, que limitaram muito a possibilidade efetiva de se ter um descortino de recursos e de capacidade de ação maior, por parte da União.

Pois bem, trabalhando com esse sistema bastante apertado, ainda, assim, conseguimos fazer alguma coisa, creio eu, de significativo, no que diz respeito à área social. A taxa de analfabetismo, hoje um dado conhecido, caiu de 19% em 91 para 13% no ano 2000. Claro que quanto mais baixa vai ficando a taxa mais difícil é aumentar a velocidade da sua queda, porque são aqueles grupos que têm mais dificuldade, efetivamente, de serem alcançados. Mas, de qualquer maneira, houve uma queda muito grande.

Mais expressivo do que isso é que, na verdade, estamos nos aproximando de colocar todas as crianças na escola. Como todo o mundo já sabe, não preciso estar repetindo muito esses dados, mas são importantes. E, como digo sempre, o que é mais importante é que, se nós estamos nos aproximando de 96, 97% de taxa de escolarização, no grupo de idade do ensino fundamental, na verdade, aumentamos bastante o número de crianças mais pobres que estão freqüentando as escolas. Passaram de 75% em 1995 para 93% em 99. E as crianças negras, que estão entre as mais pobres, passaram de 79% para 93%.

Então, é inequívoco que, a despeito da rigidez do orçamento, a despeito das dificuldades e crises financeiras, vulnerabilidades externas, etc., etc., foi possível fazer os ajustes que fizemos, sem comprometer programas sociais fundamentais, porque isso seria, realmente, extremamente grave.

Não vou cansá-los com muitos dados, mas o número de crianças que completou o curso aumentou em 67%. Houve um aumento de 67% daqueles que completaram o curso, de 94 para o ano 2000. E, no ensino médio, foi mais expressivo, ainda, o avanço.

O mesmo se repete na área da saúde. Quer dizer, a queda da mortalidade infantil corresponde à mesma coisa da queda do analfabetismo no

Brasil. A mortalidade infantil caiu de quase 48 por mil para 29 por mil, entre 91 e 2000. Nós superamos as metas propostas pelas Nações Unidas, para resolver essas questões de analfabetismo e essas questões relativas à mortalidade infantil.

E, de novo, aqui, o que se vê é que a queda da mortalidade infantil foi maior onde tinha que ser, ou seja, foi maior no Nordeste, que passou de quase 73 por mil para 44 por mil. Quer dizer, é nas zonas mais pobres do Brasil onde, mais rapidamente, a atuação do Poder Público está conseguindo ter êxitos na redução dos males sociais. E, correspondentemente, a expectativa de vida vem aumentando. E aumentou, de 91 para 2000, em praticamente três anos. E, para os que somos mais velhos, isso nos deixa muito contentes, até porque vocês sabem que, quando se chega a uma certa idade, a expectativa passa para idades mais adiante.

De modo que houve, realmente, aqui, um avanço grande, na questão da expectativa de vida. E devo lhes dizer que isso significou, também, uma expectativa maior para as áreas mais pobres. Quer dizer que, nestes anos, o que tentamos fazer foi, realmente, cuidar daqueles que nunca haviam sido cuidados de forma sistemática, que eram os mais pobres. E os mais pobres estão no Nordeste, nas periferias das grandes cidades, no Norte, estão no campo e são de famílias que têm, geralmente, só mulheres sustentando e, sobretudo, negro. Esse é o mapa da pobreza no Brasil, e foi para essa gente que a ação social se orientou com mais força.

Também não quero cansá-los sobre dados dessa natureza, mas sabem que aumentamos muito, no Programa de =, o número de equipes que estão cuidando das pessoas. Passamos de 328 equipes de médicos, que cuidam do Programa de Saúde da Família, em 94, para 13.000 equipes. Hoje, atendemos cerca de 50 milhões de pessoas por esse sistema. Nós atendíamos 1 milhão em 94. Quer dizer, a diminuição da mortalidade infantil e todos os demais dados sociais positivos têm a ver com o fato de que, efetivamente, estamos atendendo melhor as famílias mais pobres, com essas equipes do Saúde da Família.

E os agentes comunitários de saúde, então, passamos de 29 mil para 152 mil. Isso significa que a população atingida passou de 16 milhões

para 80 milhões. É claro que quem mora nas grandes cidades não vê nem registra o fato. Mas é isso que resulta, com o tempo, na melhoria das condições sociais e dos indicadores todos, que vão mostrando, no decorrer do tempo, que o avanço está sendo feito.

Bom, também quero dizer, a despeito de tudo que se possa criticar – e é criticável mesmo – e que se possa desejar, que as coisas melhoraram, mesmo no que diz respeito à questão de salário e de renda. Eu peço que mostre aí. No que diz respeito, por exemplo, ao salário mínimo, que, na verdade, rege basicamente, hoje, os aposentados, porque os outros já têm mecanismos diferentes de salário, inclusive porque mudamos a legislação e os governadores podem determinar o salário do setor privado, esse dado, aí, mostra o seguinte: que houve um avanço na evolução histórica do salário mínimo real. Ele está 27% acima do que era no começo dos anos 90. Esses dados aí mostram a evolução do salário mínimo, notadamente nos anos de 1974, 1975 até 1990. Caiu muito. De 90 em diante, houve ziguezague e, depois do Plano Real, houve uma subida continuada no valor do salário mínimo.

O fato é que, antes do Plano Real, um salário mínimo comprava 60% da cesta básica. Hoje, compra 120%, quer dizer, 1/5 a mais da cesta básica de antes, e eu digo que é o maior momento, mas, realmente, por mil razões, não está no melhor momento, depois do Plano Real.

Mas é indiscutível que houve um aumento efetivo do valor do salário mínimo, em termos numéricos e em termos de capacidade de compra. E a referência para o salário mínimo não é o dólar, porque a cesta básica não é composta por produtos comprados em dólar, é composta por produtos comprados em real. Então, a cesta básica é que é a medida efetiva do salário mínimo, se ele é maior ou menor, se melhorou ou se piorou.

Ou seja, o número de pessoas que recebe salário mínimo, proporcionalmente, é menor, hoje, como aqueles que recebem salário mínimo – os dados estão claros – têm um desempenho melhor hoje. Pode mostrar a outra tabela? Esta, aí, diz respeito à renda familiar per capita. Essa renda familiar é que é o dado mais importante, quando se analisam condições de renda das famílias, porque, na família, muitas pessoas

trabalham, algumas pessoas trabalham. Tem que ver a média da renda das famílias.

O que se vê é mais ou menos a mesma coisa. Houve, na verdade, com exceção do período de 90 a 94, na década, uma evolução positiva. E, quando se vê, de 95 até o ano 2000 a renda familiar sobe fortemente, mas sobe fortemente a partir de um patamar baixo. Isso é inegável. O patamar é baixo. Mas, não é verdade que esteja havendo um empobrecimento, nem olhando do ponto de vista do salário mínimo, nem olhando, como agora estamos mostrando, do ponto de vista da renda familiar. Mesmo quando se vê – pode mostrar a outra tabela – o rendimento mensal dos trabalhadores, vê-se que houve aumento, de 91 a 93, está ali, de 95 a 2001, está ali, em média, no rendimento mensal dos trabalhadores.

Isso pode, às vezes, perturbar, porque se vê, a cada instante, no jornal, um dado a respeito: “Caiu a renda.” Quando se vê que caiu a renda, dá a impressão de que acabou a renda. Só que precisa ver o que é que significa esse “caiu a renda”: foi naquele mês, foi naquele setor, foi na indústria, foi na média?

Aqui nós temos, realmente, um dado consolidado, que aconteceu com a média mensal dos salários. A partir desses dados, vê-se que houve um certo avanço. Claro. E, como consequência, o patamar de pobreza diminuiu também. Outra tabela.

Isto é conhecido. Vê-se a redução da proporção de pobres no Brasil. Quando se quer usar os dados de uma maneira mais, enfim, discutível, põem-nos em termos absolutos. Em termos absolutos, os países que têm população grande têm sempre um número maior do que os que têm população pequena. Em termos absolutos, a Índia, a China, a Rússia ou os Estados Unidos sempre ganham.

Mas, em termos de proporção, o que se vê é que há uma redução continuada da linha de pobreza, a despeito de todas as dificuldades do País. Ali, havia 47% – e é sempre melhor pegar períodos, e não ano, porque no ano pode haver uma avaliação. E quando se quer analisar o que acontece com o País, e não quando se quer ganhar uma discussão, quando se quer mostrar o que está acontecendo com o País, é melhor

pegar médias que independem de fatores conjunturais. Então, o que se pode dizer é que a proporção de pobres está diminuindo.

É claro que um país que tem 33% da população pobre está mal. Nós queremos reduzir muito isso. Mas, aqui, não estou dando dados para dizer que resolvemos os problemas. Estou dando dados para mostrar que, com todas as dificuldades, com rigidez de orçamento, com vulnerabilidade externa, com crises financeiras, a tendência foi de avançar, e não de piorar.

Eu acho que isso tudo não acontece por acaso: a renda, a melhoria de saúde, etc., etc. Além de o gasto público ter aumentado significativamente nessas áreas, nas áreas sociais, porque nunca fizemos – eu já mostrei aqui – o contingencimento, fez-se não sobre a parte que é obrigatória. Educação e saúde estão sempre fora disso e reforma agrária também. Então, isso sacrifica certos setores da sociedade, mas não sacrifica os setores que são aqueles mais vulneráveis da sociedade.

Além disso, dentro das nossas condições, que são – repito – difíceis, precárias, para que pudéssemos ter uma redução de nível de pobreza, foi preciso que o Governo Federal, os governos estaduais e os municípios se organizassem. Hoje, temos o que chamamos de uma rede de proteção social do Governo Federal. São 12 programas. Aí se incluem o Bolsa-Escola, a questão do fortalecimento da agricultura familiar, a erradicação do trabalho infantil, o Bolsa-Alimentação. Enfim, nesse conjunto de programas, estamos, hoje, distribuindo 30 bilhões de reais, sob a forma de dinheiro.

Vejo, muitas vezes – e repito sempre isso –, discussões sobre a distribuição de renda e sobre o coeficiente de Gini, que é o que mostra a desigualdade. As pessoas confundem desigualdade com nível de pobreza. Em um país como os Estados Unidos, a desigualdade está aumentando. Na maioria dos países da África, a desigualdade está diminuindo, porque a pobreza atingiu a todos e, às vezes, mais rapidamente os que mais ganham. Então, o coeficiente de Gini não mostra nível de pobreza. Ele mostra outra coisa. É um coeficiente que tem que ser analisado no tempo, porque ele varia muito pouco em décadas. Não varia de um ano para o outro. Em décadas, varia um pouco, mas mostra a desigualdade.

O ideal é que se tenha um aumento do piso da sociedade e uma diminuição da distância entre os segmentos da sociedade. Esse é o ideal. Agora, aqui, no Brasil, o que aconteceu nos últimos anos foi uma pequeníssima diminuição da desigualdade. O Gini mostra isso, mas mostra com lupa. Na verdade, é quase nada. Houve, isto, sim, um aumento do piso da sociedade. Aumentou tudo, mas o piso também aumentou, não ficou para trás. Podia ter crescido mais, certamente. Eu gostaria. Mas, de qualquer maneira, não houve perda na base. E não houve perda na base, em parte, porque houve uma distribuição direta de renda, via esses programas que chamei de rede de proteção social, feitos pelo Governo Federal.

Só para lhes dar uma idéia da grandeza disso, 30 bilhões de reais são tudo que a União recebe do Imposto de Renda de pessoa física e jurídica. Não conheço outro mecanismo de distribuir renda. O outro é na empresa, é na economia, é na sociedade. O que o Governo faz é tomar, usar os recursos para fins sociais, quando pode. E, para investimentos reprodutivos de infra-estrutura, pôde pouco atender, através de meios diretos, os mais pobres. Como é que se atende isso? Através da Caixa Econômica Federal. São os cartões magnéticos, que, no caso do Bolsa-Escola, é a mãe de família que vai lá e recebe, quer dizer, sem intermediário político, sem clientela, sem que haja aproveitamento político. É dinheiro direto, e todo esse dinheiro é do Imposto de Renda.

Então, quando alguém perguntar: "Pago meu Imposto de Renda e não sei o que fazem com ele", mostrem esses dados: 30 bilhões fazem 12 programas, que dão dinheiro diretamente aos mais pobres.

Quer dizer, sobre a parte que corresponde ao Governo fazer para distribuir renda, montamos um sistema. Não quero exagerar. Montamos um sistema. É preciso ter persistência nisso nos próximos anos, para que, efetivamente, os sinais de que os índices sociais estão melhorando continuem. Agora, a outra distribuição de renda depende do seguinte: mais emprego, mais produtividade, mais riqueza e, aí, sim, essa riqueza não vai estar concentrada no setor privado, nas mãos de poucos. Mas, aí, não é o setor público quem vai fazer essa parte. É o mercado quem vai fazer. O setor público vai fazer indiretamente, dando

educação, para poder valorizar o salário, valorizar a capacidade de cada um, ter mais gente nas universidades com competência, etc., etc.

O fato é que conseguimos, de alguma maneira, ao mesmo tempo, estabilizar a economia. Não vou dar os dados, porque não é preciso. Ontem, eu estava vendo na televisão: “O número mais alto do Plano Real: subiu 1% a inflação, sei lá onde, 0,90%, e não-sei-quê.” Bom, quando eu era Ministro da Fazenda, ela era de 20% ao mês, 20% ao mês. Agora, quando se fala que passou de 5,5%, que estourou a meta de 5,5%, foi a 6%, ao ano. Quer dizer que, então, realmente, nestes anos todos, não houve perda da estabilidade, no sentido maior. Pode ter tido, em um ou outro momento, algum problema, mas, no geral, o período foi estável. Houve recursos escassos. Foram aplicados na área social – estou mostrando os resultados na área social. Houve uma forte preocupação em fazer com que o papel do Estado fosse um papel indutor e, ao mesmo tempo, redistribuidor de recursos. Dei os exemplos aqui.

Também é preciso dizer que houve uma transformação importante no nosso sistema produtivo. Pediria que mostrassem, aí, mais uma tabela. Esta é uma tabela que mostra o que aconteceu com o Produto Interno Bruto do Brasil, de 90 a 2001. Vai se ver, como os dados mostram, aqui, que, com a exceção do ano de 1990, em que houve uma diminuição com relação a 89, e de 92, em que houve uma pequena diminuição, nos outros anos todos o crescimento não foi o que queríamos, mas, mesmo no pior ano, que foi o de 98, não foi negativo.

O que significa isso? Aqui, estamos vendo a variação percentual. Quando se acumula – e está na tabela ao lado –, de 93, ou seja, do início do Real, até 2001, o crescimento do PIB foi de 31%. O PIB cresceu 30%. Quer dizer, cresceu quase uma terça parte do PIB que existia no ano de 90. Por quê? Porque não houve ziguezague maior. Não cresceu o que nós queríamos, mas não decresceu nunca. Chegou a zero, ou a quase, mas não foi negativo.

Quando se vê, nos anos, a média de crescimento, deve ter sido de 2%, 2,5%, acumulado. A média dos anos 80 foi negativa em 0,5%. Tem gente que diz: “O Brasil não cresce há 50 anos. Há 50 anos que não teve uma taxa de crescimento tão baixa quanto agora.” Não é verdade. Não tem

nada a ver com isso, não. Os dados mostram o contrário. Houve um momento, nos anos 70, de taxa de crescimento muito mais elevada. Mas não é verdade que estejamos em um momento de menor crescimento, porque a década de 80 foi negativa, em média, em 0,5%. E a década de 90, e 90 toda, foi positiva, 2 ponto qualquer coisa, e o acumulado dá 31%.

Bom, precisamos crescer mais, isso é verdade, mas não é verdade dizer que não houve crescimento. Os dados, dizem, não mentem. Algumas pessoas mentem, usando dados. Isso é outra coisa. Mas, os dados, quando usados de uma maneira racional, geralmente, espelham o que está acontecendo.

É claro que o que aconteceu é que a economia teve um crescimento regular. Não foi espetacular. Foi regular. Nos 12 anos anteriores a 93, durante cinco anos houve queda do PIB. Cresce 6% e cai 4%, cresce 7% e cai 5%, então esse ziguezague é prejudicial. Melhor seria ter uma taxa de crescimento sustentado de 4,5%, 5%. E 4,5%, 5%, num crescimento acumulado, vai longe. Mesmo o crescimento per capita – não tenho os dados aqui, mas sei – do Real para cá, é de 1,7%, 1,8%, quer dizer, cresceu o per capita, que é mais difícil que o crescimento bruto.

Bom, isso significa que houve também uma transformação no sistema produtivo no Brasil. No sistema da produção agrária, isso é conhecido, porque passamos de uma produção de mais ou menos 46 milhões de toneladas de grãos, no começo da década, para 98 ou próximo a 100 milhões, neste ano, quer dizer, quase dobrou, em 10 anos, o crescimento agrícola, sendo que esse crescimento agrícola quase dobrou sem aumentar a área plantada. Quer dizer, aumentou muito pouco, o que é bom, porque não se destrói floresta, nem coisa nenhuma. Aumentou a produtividade de tal maneira que, hoje, o agrobusiness, o agronegócio, é altamente competitivo. Por isso, estamos brigando com o mundo todo. Por isso, é difícil fazer acordo com a União Européia, fazer acordo com a Alca, porque somos competitivos, altamente. Seguramente, o Brasil, hoje, é número um ou dois em quase tudo que é produto agrícola de commodities: café, soja, milho, açúcar, carne e por aí vai. Quer dizer, a nossa base produtiva agrícola cresceu espetacularmente, e temos condições de competição, porque cresceu aumentando a produ-
ti-